

RESSACA DA CRISE

ABRE O APETITE DO LEÃO



FEIRA DE AUTOMÓVEIS EM BRASÍLIA: IPI DEVE COMEÇAR A SUBIR AINDA EM 2009

Necessidade de equilibrar as contas faz políticas de isenção tributária perderem força

EDUARDO THOMSON, DE SANTIAGO

Nos últimos tempos, tem sido fácil irritar o especialista tributário Julio Pereira, sócio da PriceWaterhouseCoopers (PwC) em Santiago. Basta perguntar-lhe por que a Colômbia superou o Chile como o país latino-americano mais receptivo para os investidores internacionais, segundo o mais recente relatório Doing Business, do Banco Mundial. "O Chile foi o grande inovador em matéria tributária", diz ele. "A lei garante estabilidade tributária aos investimentos estrangeiros desde 1974,

mas agora copiaram o que fizemos e nos ultrapassaram." Nos últimos anos, o governo Uribe reduziu a alíquota máxima do imposto de renda das empresas de 35% para 33% e concedeu diversas isenções fiscais. Hotéis, por exemplo, agora são isentos. "Antes de Uribe, nenhuma das grandes redes hoteleiras mundiais era expressiva na Colômbia", diz Mónica Reyes, da consultoria Reyes y Asociados, em Bogotá. "Agora, graças a uma isenção de 20 anos, a mais generosa do mundo, todas estão aqui."

A Colômbia tem sido generosa. Quem investe em ativos produtivos paga 40% menos na hora de acertar as contas. No entanto, isso não é uma exclusividade colombiana. Segundo a consultoria KPMG, a taxa do lucro das empresas na América Latina caiu de uma média de 30,5% em 2003 para 26,9% em 2008. Além da Colômbia, México, Paraguai e Uruguai foram os mais agressivos em reduzir a mordida do Fisco. No entanto, esse movimento tem hora certa para acabar.

A crise fez vários governos frearem as reformas fiscais e a tendência agora será elevar novamente a carga tributária. O México, país mais afetado pela crise, foi o primeiro a reconhecer sua situação fiscal difícil. Brasil, Argentina e Peru retiraram ou reduziram isenções criadas para aliviar a crise, quando não anunciaram novos impostos. A própria Colômbia deverá prolongar a vigência de um imposto especial sobre o patrimônio que deveria deixar de existir em 2010.

No México, recentemente o governo anunciou um plano para aumentar a alíquota máxima do imposto de renda de 28% para 30%, além de elevar a tributação sobre os cigarros, a cerveja e outras bebidas alcoólicas. O governo de Felipe Calderón tomou outras medidas para elevar a arrecadação. Criou um imposto de 2% sobre as vendas de bens e serviços, retirou a isenção de alimentos e de alguns produtos farmacêuticos que não pagavam IVA (Imposto sobre Valor Agregado) e lançou um novo imposto de 4% sobre os serviços de telecomunicações. Tudo isso para controlar as contas públicas e evitar que as agências de classificação de risco rebaixem o rating mexicano.

No Peru, o advogado Jorge Manini Chung, da Manini y Asociados, diz que em 2010 entrará em vigor um imposto sobre os ganhos de capital nas transações em bolsa. Pessoas físicas vão pagar 5% e pessoas jurídicas pagarão 30%. Outra

Países da América Latina com a maior taxa de imposto sobre o lucro das empresas em 2008	
País	Taxa de imposto sobre o lucro das empresas em 2008
ARGENTINA	35%
BRASIL	34%
MÉXICO	30%
PERU	30%

Fonte: Advogados

proposta será a possível extensão da vigência de um imposto provisório de 0,06% sobre as transações financeiras.

Na Argentina, como tanto o governo federal quanto o provincial, que equivale ao estadual, e o municipal podem aumentar impostos, Exequiel Martínez, advogado tributarista do Estudio Beccar Varela, em Buenos Aires, diz que o governo está tentando de tudo para cobrir os rombos no orçamento. "Há uma forte pressão do governo para implantar um novo tributo, o direito de publicidade e propaganda, que pretende cobrar das companhias pelo uso de imóveis para essa atividade," diz Martínez. "Poucas cidades cobravam esse imposto, mas ele se propagou mais rápido que a gripe A (H1N1)". As províncias argentinas também elevaram os impostos sobre a renda bruta. Além disso, na cidade de Buenos Aires se estuda elevar o imposto imobiliário e implementar um imposto sobre as heranças.

Martínez explica que o governo federal não tem muito espaço para elevar o imposto de renda das pessoas físicas e sobre o lucro das empresas, porque suas alíquotas já subiram para 35%, o máximo permitido pela Constituição. Por isso a única saída para o governo de Cristina Kirchner será tributar os artigos eletrônicos e as retenções das exportações.

A alíquota do imposto de renda
hoje cobrado na Argentina é o
máximo previsto pela Constituição:

35%

Os brasileiros pagam
38,5%
 do PIB em impostos;
 o dobro da média
 na América Latina



COLÔMBIA: ESTÍMULO AO TURISMO

O PESO DOS IMPOSTOS NO BRASIL

Em setembro, os representantes das montadoras de automóveis brasileiras dividiam seu tempo entre anunciar novos feiões de automóveis e mandar representantes a Brasília para pressionar o governo a manter a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) instalada no início do ano e que deve ser gradualmente reduzida, terminando no fim do ano, embora declarações esporádicas de autoridades brasileiras indiquem que essa decisão não é definitiva.

O efeito de medidas como essa, porém, não alivia o problema principal, que é o emaranhado da estrutura tributária brasileira. Os brasileiros não apenas carregam a maior carga tributária da região: eram 38,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro semestre de 2009, mais do dobro dos 18,1% pagos pelos demais países da América Latina. Além do percentual equivalente ao dos países desenvolvidos, os contribuintes brasileiros têm de lidar com uma legislação complicada e trabalhosa. Uma pesquisa da PwC mostra que o Brasil é onde o Fisco dá mais trabalho às empresas, que têm de dedicar 2,6 mil horas de trabalho por ano para acertar sua situação fiscal.

"O projeto de reforma tributária está parado no Congresso porque não existe vontade política de implantar um

sistema que implique em reduzir a arrecadação", diz Rogerio Gandra, da Gandra Martins, em São Paulo. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) gera uma competição constante entre os estados, o que é um grande obstáculo à reforma. Impostos federais diferentes, como o IPI e o PIS/Cofins, são cobrados sobre a mesma receita. "É um caminho equivocado", diz Nelio Weiss, sócio da PriceWaterhouseCoopers para a América do Sul.

A intenção de vários países da América Latina de elevar os impostos não é uma boa solução. O estudo Perspectivas Econômicas da América Latina, divulgado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE) no fim de 2008 é taxativo: ter uma relação entre carga tributária/PIB inferior à dos países desenvolvidos

não autoriza os países latino-americanos a aumentá-la. Nos países desenvolvidos, a tendência tem sido a de simplificar a estrutura tributária, reduzir as alíquotas e ampliar a base de arrecadação. Isso deveria ser seguido pela América Latina. "Os sistemas mais simples e mais integrados internacionalmente dificultam a evasão", diz Julio Pereira, da PwC em Santiago. ■